

## A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA IMIGRANTES INVOLUNTÁRIOS NA UNILA COMO POSSIBILIDADES DE REPARAÇÃO HUMANITÁRIA

**Me. Alisson Vinícius Silva Ferreira**  0000-0003-0634-6072  
**Dra Lucienne Martins Borges**  0000-0003-4323-116X  
Universidade Federal de Santa Catarina

**RESUMO:** Diante da constante crise migratória mundial e das rupturas educacionais e profissionais que o deslocamento forçado impõe, reforça-se a relevância da construção de Instituições de Ensino Superior cada vez mais inclusivas e competentes culturalmente. Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama do desenvolvimento e dos resultados dos 10 anos das políticas de ações afirmativas para imigrantes involuntários da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Para tal, recorreu-se à pesquisa documental e observação participante para identificar e sistematizar as políticas de acesso, permanência e integração da universidade. Os resultados indicam um conjunto amplo e permanente de políticas e programas de integração educacional local em diversas fases de institucionalização e consolidação, que se alicerçam na interculturalidade e internacionalização solidária fundante da própria instituição. Em contraponto, identificou-se uma lacuna de acordos de cooperação internacional com instituições dos países de origem dos imigrantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação superior; Internacionalização; Refúgio.

## THE INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION AND EDUCATIONAL POLICIES FOR INVOLUNTARY IMMIGRANTS AT UNILA AS POSSIBILITIES FOR HUMANITARIAN REPARATION

**ABSTRACT:** Faced with the constant global migration crisis and the educational and professional disruptions that forced displacement imposes, the relevance of building Higher Education Institutions that are increasingly inclusive and culturally competent is reinforced. This article aims to present an overview of the development and results of 10 years of affirmative action policies for involuntary immigrants at the Federal University of Latin American Integration (UNILA). To this end, documentary research and participant observation were used to identify and systematize the university's access, permanence and integration policies. The results indicate a broad and permanent set of local educational integration policies and programs in different stages of institutionalization and consolidation, which are based on the interculturality and solidary internationalization that founded the institution itself. In contrast, a gap was identified in international cooperation agreements with institutions in the immigrants' countries of origin.

**KEYWORDS:** Higher education; Internationalization; Refuge.



## 1 APRESENTAÇÃO

Partir, chegar e recomeçar nomeiam ações de quem sentiu-se violentamente impelido a migrar de seu lugar de pertencimento e teve que deixar para trás, definitivamente ou temporariamente, carreiras, projetos pessoais e familiares em prol de proteção física e psicológica. A temporalidade entre a interrupção definitiva ou provisória da vida educacional e profissional destas pessoas dependerá de um conjunto complexo de fatores subjetivos e sociais, dos quais as oportunidades nos países de acolhimento terão papel preponderante.

Uma vez diante da ruptura do seu contexto cultural e social, emerge a necessidade de reconfiguração de carreiras profissionais e perspectivas educacionais no país de recepção como forma de reparação psíquica frente à sensação de perda e descontinuidade de si. Assim, a educação superior surge como possibilidade de promoção de justiça social e contenção/elaboração das vivências traumáticas da migração involuntária. Esta pode ser compreendida como o movimento migratório em que a pessoa não tinha o projeto/desejo de deixar seu território de pertença e viver em outro país, mas o fez como tentativa de assegurar a própria sobrevivência ou da família, uma vez que os fatores que implicam neste deslocamento são guerras, genocídios, ecocídios, perseguições políticas, étnicas, religiosas, sexuais, graves crises econômicas ou por outros elementos que ameacem a sobrevivência e a dignidade humana (Martins-Borges, 2013).

Ao longo da história, intelectuais renomados na ciência mundial como Paulo Freire, exilado no Chile durante a ditadura no Brasil (1964-1985) e Freud exilado na Inglaterra durante a segunda guerra mundial (1939-1945), são exemplos de colaboração entre Estados, Universidades, Igrejas e diversas organizações que buscaram proteger o capital intelectual destas pessoas em condição de refúgio, oportunizando asilo e continuidade profissional. Mas, por outro lado, também há grupos de migrantes por muito tempo invisibilizados, como as mulheres que vivem



em “sociedades patriarcais de altíssima intensidade” (Segatto, 2021), e que não tiveram garantidos seus direitos à educação nos próprios países de origem, como exemplificado pela trajetória da ativista paquistanesa Malala Yousafzai, que foi atingida com um tiro na cabeça em 2012 pelo Talibã, por defender a educação para mulheres (Yousafzai, 2019).

A Educação Superior para imigrantes involuntários depende, em parte, do contexto educativo da sociedade de acolhimento e do grau de protecionismo ou inclusão das universidades naquele país, o qual será influenciado pelo modelo educativo predominante, por exemplo, se é público e gratuito, privado, misto ou até mesmo quase inexistente e reservado as elites locais. Notadamente o ensino superior no mundo é desigual, em possibilidades de acesso, permanência e conclusão, tanto para camadas da população local quanto para imigrantes involuntários. A mercantilização do ensino *versus* a educação como bem público são paradigmas que tendem a determinar entraves ou facilidades neste processo. Segundo Viczko, Détourbe, McKechnie (2021), o acesso dos refugiados ao ensino superior é construído de forma distinta em cada país e até região do país, uma vez que as relações sociais entre Estado, províncias, sociedade civil, agências não governamentais e as instituições de ensino superior são configuradas de forma única dentro das relações de poder no território. Portanto, a efetivação das políticas de integração educacional, dependem em grande parte do entendimento e responsabilização destes entes.

De acordo com Erdogan (2023), mesmo com a narrativa de alguns países de que os refugiados têm direito à educação, a capacidade destes de exercer este direito vai diferir conforme as taxas, bolsas, vagas, cursos preparatórios, etc., que acompanham a democratização ou a elitização do ensino superior naquele país. Segundo Dryden-Peterson (2011), a integração de refugiados por meio da educação superior não era uma agenda considerada prioritária no processo de integração e ajuda humanitária até os anos 2000. Grande parte dos doadores, Estados e agências priorizavam o ensino básico e secundário e ignoravam a potência do ensino superior como meio de continuidade de si e de contribuição



para a sociedade local ou a de origem. À medida que o ensino superior, seja através da inclusão de refugiados em universidades do país de acolhida ou da revalidação de diplomas, é subalternizado como uma das estratégias de integração duradoura, a sociedade tende a destinar a estes imigrantes subempregos da esfera social do país e assim aumentar o exército de reserva para a maximização dos lucros dos meios produtivos.

Deste modo, este processo também pode estar relacionado com a política de internacionalização universitária vigente no país e/ou instituição, visto esta ser influenciada por dois paradigmas. O primeiro – internacionalização solidária – preconiza a educação como meio de justiça social, destinada ao bem público e desenvolvimento social e igualitário da humanidade. Deste modo, sua missão está orientada para a diminuição das desigualdades sociais e a ajuda humanitária por meio da educação. O segundo paradigma, compreende a educação enquanto mercadoria neoliberal, ou seja, envolve lógicas de custo, lucro e pouca influência do Estado. Por este caminho ideológico, a internacionalização no ensino superior e o ingresso de imigrantes involuntários estariam subordinados aos interesses da iniciativa privada, restando aos estudantes as fronteiras da meritocracia e das oportunidades aos excepcionais, que podem implicar na captação de intelectuais de forma predatória (Sabzalieva *et al.*, 2022, Zamberlam *et al.*, 2009).

## 1.1 Competência cultural no ensino superior

O ingresso facilitado no ensino superior a imigrantes involuntários é fomentado pelas universidades que objetivam promover processos de integração local levando em consideração barreiras educacionais frequentes entre pessoas em migração involuntária, como idioma, documentação, conhecimentos locais (por exemplo, história e geografia do Brasil), entre outros. Pela perspectiva da função social, tais ações afirmativas abrem possibilidades profissionais para além



de trabalhos precarizados, assim como estende seus benefícios à sociedade de acolhimento, à família e ao país de origem.

Todavia, ao se promover um processo de inclusão educacional é necessário que a instituição se atenha ao desenvolvimento de políticas e programas que fomentem as competências culturais tanto a nível pessoal como institucional. Estas serão determinantes para lidar com os desafios dos encontros culturais na interação professor-estudante, estudante-estudante, estudante-técnico, professor-técnico e estudante-comunidade externa, além de influenciar na tomada de decisão sobre currículos, recursos financeiros (bolsas) e de pessoal, projetos de acolhimento, integração e etc. (Together, 2019).

Dentre as definições de competência cultural, a compreendemos como um conjunto de conhecimentos e compreensões sobre a diferença cultural que gera ações e habilidades de escuta e comunicação assertivas entre pessoas de afiliações culturais distintas (Compagnuccia; Spigarellib, 2020). Dentre os componentes práticos da competência cultural, podemos destacar:

“(...) valorizar a diversidade cultural e o pluralismo de visões e práticas ou respeitar as pessoas que têm afiliações culturais diferentes das suas, compreender a diversidade e a heterogeneidade interna de todos os grupos culturais; consciência e compreensão das próprias suposições, estereótipos, preconceitos, discriminação explícita e encoberta, e de outras pessoas; competências para descobrir informações sobre outras afiliações e perspectivas culturais ou para interpretar outras práticas, crenças e valores culturais e sua relação com os próprios; empatia, bem como ações como procurar oportunidades de se relacionar com pessoas que tem orientações e perspectivas culturais diferentes das suas; interagir e comunicar de forma adequada, eficaz e respeitosa com pessoas que tem afiliações culturais distintas” (Together, 2019, p. 25).

Ao se tratar de um espaço educacional, é preponderante que se desenvolva um contexto de educação intercultural integrativo, constituído por políticas que fundamentem e assegurem práticas de inclusão e integração de forma contínua. Tal contexto não deve ser pautado por um ideal de igualdade e nivelamento que descaracteriza e apaga as diferenças, saberes e trajetórias educacionais dos imigrantes. Para o propósito de uma educação intercultural crítica exige-se uma



posição dialógica que promova a interação das realidades e culturas em uma sala de aula, curso e/ou universidade, rompendo com a educação bancária (Freire, 1987) e mantendo uma posição de aproximação e construção com este outro.

A posição bancária (Freire, 1987) na esfera educacional intercultural remete a um etnocentrismo acadêmico que, frente ao diferente, convoca apenas o outro a aprender sobre a realidade epistêmica e cultural dominante. Deste modo, a educação intercultural exige fortemente o desenvolvimento de uma consciência da cultura do outro para que se possam construir competências culturais de ensino-aprendizagem sensíveis às trajetórias educacionais dos estudantes imigrantes. Critica-se posturas burocráticas, homogeneizadoras e padronizadas que não levam em conta o universo linguístico, cultural e social, e que reproduzam padrões de inferiorização e injustiça social existentes nas relações assimétricas já presentes na realidade desses imigrantes.

Portanto, busca-se um rompimento do etnocentrismo acadêmico que, por uma lógica adaptacionista e neocolonial valoriza apenas a tradição acadêmica eurocêntrica ou estadunidense e invisibiliza outras epistemologias e modos de ensinar e aprender. Tal posição pode representar um verdadeiro epistemicídio, que significa segundo Santos (2007) o “assassinato do conhecimento do outro”, no caso, do conhecimento do estudante ou professor imigrante. Assim, também se diferencia de uma interculturalidade funcional de base neoliberal que busca o diálogo por uma narrativa de multiculturalidade globalizada sem tocar nas raízes e nos porquês das assimetrias sociais e educacionais, como busca fazer a interculturalidade crítica (Wash, 2012).

## 1.2 CSVM e a ações afirmativas nas universidades brasileiras

As políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, impulsionadas pela lei de cotas 12.711/2012, nasceram a partir luta do movimento negro (Munanga, 2001) para combater as heranças “necropolíticas



coloniais” (Mbembe, 2016) que estruturam parte significativa da sociedade brasileira. Tal luta proporcionou uma coalizão em prol do ingresso, permanência e conclusão do ensino superior de grupos que por gerações viviam e ainda vivem marginalizados educacionalmente e, conseqüentemente, na vida social; como negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escola pública e de baixa renda (Scherer-Warren; Passos, 2016). Todavia, diante da identificação de novas demandas sociais impulsionadas principalmente pelos fluxos migratórios sul-sul, estima-se que 25 <sup>1</sup> universidades criaram ações afirmativas próprias para inclusão de imigrantes involuntários na graduação e/ou pós-graduação (Silva-Ferreira; Lodetti; Martins-Borges, 2021). Sendo que, em maio de 2023 deu-se início a tramitação do projeto de lei 2457/23, que prevê que as instituições federais de ensino superior brasileiras destinem vagas a imigrantes involuntários (PSOL, 2023).

Das 25 instituições que criaram ações afirmativas, a maioria são universidades públicas vinculadas ao projeto de Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVM) do ACNUR, e estão localizadas em 13 unidades federativas do Brasil, principalmente em capitais, cidades populosas e/ou regiões de fronteira, como a UNILA (Silva-Ferreira; Lodetti; Martins-Borges, 2021). Porém, nem todas mantêm seus processos seletivos de forma contínua, o qual pode gerar um tempo de espera e estagnação educativa ainda maior à comunidade de imigrantes. Também não há indicadores do Ministério da Educação (MEC) que precisem a quantidade de imigrantes impactados por estas políticas; os principais dados são oriundos dos relatórios anuais da rede das CSVM. No entanto, o último relatório adverte que o número de estudantes matriculados pode ser ainda maior, visto que algumas universidades relataram que existem cadastros de matrícula *on-line* que não comportam o perfil do ingressante como imigrante involuntário (CSVM, 2023), ou

---

<sup>1</sup> Contabiliza-se além das 24 universidades apontadas no levantamento, a UFSC que teve seu primeiro processo seletivo em 2022.



seja, este estudante provavelmente só terá um acolhimento e atendimento diferenciado a partir da emergência de suas demandas em sala de aula.

### 1.3 UNILA: interculturalidade e internacionalização

Por sua vez, a UNILA, situada na cidade de Foz do Iguaçu-PR, fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai, foi criada no governo Lula em 2010 com a missão de promover intercâmbio e integração científica, cultural e educacional entre os países latino-americanos. Para tal, ela destina 50% de suas vagas de graduação para estudantes internacionais, especialmente da América Latina e do Caribe, almejando assim a promoção e os desafios de um espaço educacional intercultural via internacionalização solidária do ensino superior em um território de fronteira (Pereira; Honório; Fortes, 2022).

A universidade, que tem a missão da integração no próprio nome, é composta por uma comunidade discente marcada pela diversidade cultural de estudantes de 39 países, cujos imigrantes correspondem à cerca de 30% do total; é considerada juntamente com sua “irmã”, a Universidade Federal da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) situada no Ceará e na Bahia, uma das principais universidades brasileiras em termos de internacionalização solidária do ensino superior (UNILA, 2024). Todos os 29 cursos de graduação têm como princípios norteadores a interdisciplinaridade, a interculturalidade e o bilinguismo oficial (português e espanhol). Decorrente destas premissas, a universidade tem um ciclo comum de estudos para todos os cursos, composto por disciplinas de português e espanhol como língua adicional, Fundamentos da América Latina e Epistemologia (Passarini *et al.*, 2023; Hehs, 2020).

Referente às ações afirmativas para imigrantes involuntários, a UNILA iniciou seu processo seletivo especial para todos os cursos de graduação com o Pró-Haiti em 2014, ampliou as nacionalidades com o PSRH em 2019 e incluiu este grupo nas ações afirmativas na pós-graduação em 2022. Faz parte das 25



instituições públicas e privadas do país que adotaram políticas públicas de acesso e permanência de estudantes imigrantes involuntários nos últimos anos, porém é a única em um território de fronteira tríplice e que tem uma população de imigrantes universitários (voluntários e involuntários) tão expressiva (Silva-Ferreira; Lodetti; Martins-Borges, 2021).

A universidade, situada em Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, representa a história de um lugar marcado pela diversidade do encontro de culturas e a permanência e travessia de migrantes. Em 2022, a população estimada da cidade era 285.441 habitantes (IBGE, 2022), dos quais cerca de 17.000 eram migrantes internacionais, sendo 52% homens e 48% mulheres. Os principais nacionalidades são de Paraguaio/as (45%), Líbanes/as (15%), Argentinos/as (8%), Venezuelanos/as (6%), Colômbianos/as (4%) e outras (22%) (OIM, 2022). Cabe ressaltar que o grupo de moradores transfronteiriços com dupla nacionalidade, cujos principais representantes são os brasiguaios e líbanobrasileiros, e a mobilidade fronteiriça cotidiana não estão contabilizados nestes dados.

Tal cenário geográfico, histórico, cultural e de mobilidade humana repercute no contexto institucional e regional, caracterizando a UNILA e Foz do Iguaçu como contextos intensamente marcados pela interculturalidade, internacionalização e migração. Deste modo, este estudo pretende apresentar o panorama das principais políticas educacionais para imigrantes involuntários na UNILA, considerando a relevância e os desafios do ensino superior nos processos de integração institucional, local e de colaboração internacional.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo de caráter descritivo e exploratório foi fundamentado em dados de pesquisa documental, associados à observação participante vinculada à experiência de atuação de um dos pesquisadores na instituição em estudo. A



análise documental consiste no levantamento e análise das fontes secundárias cujo material ainda não recebeu tratamento analítico, com o objetivo de identificar, organizar e analisar um conjunto de dados para um objetivo específico (Souza; Kantorski; Luis, 2011). As fontes consultadas para atender o objetivo da pesquisa foram resoluções, editais, programas e serviços disponíveis via site da universidade e as páginas dos principais órgãos que compõem a Comissão de Acompanhamento dos Estudantes Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (CAERH<sup>2</sup>), além de dados quantitativos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica (SIGAA) da universidade.

O levantamento documental foi realizado entre julho de 2023 e janeiro de 2024, e organizado por meio de uma planilha de Excel. A partir do levantamento dos documentos oficiais, estes passaram por leituras frequentes e sistematizadas com objetivo de identificar: a) os principais objetivos das políticas e programas; b) seu momento histórico e vigência; c) seus resultados objetivos e sua derivação em novas políticas educacionais.

Informamos ainda que este estudo integra o projeto de pesquisa “Ações afirmativas e integração de imigrantes involuntários no ensino superior” aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conforme parecer nº 6.543.728, e que houve autorização institucional para acesso aos dados do sistema da universidade<sup>3</sup>.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme análise dos documentos institucionais da UNILA, foram identificadas as principais políticas e programas que marcam o processo histórico

---

<sup>2</sup> Composição institucional da comissão disponível em: <https://portal.unila.edu.br/comissoes/caerh>.

<sup>3</sup> Além da vinculação direta da referida pesquisa, este estudo também agrega as contribuições do projeto: “Internacionalização da educação superior sob um olhar interdisciplinar: trajetórias de acesso e permanência, exercício profissional e desafios pós-pandemia na UNILA, UNA, UNL e UdelaR”, do edital 03/21 do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) da UNILA.



e político de ações afirmativas para imigrantes involuntários na universidade. Diante dos documentos e dados acessados destacaremos: o processo histórico de criação, sustentação e ampliação das políticas de acesso; os dispositivos e os programas institucionais de permanência e, concomitantemente, construção da competência cultural via projetos e políticas, assim como o panorama do alcance dos resultados envolvendo diplomação e cooperação institucional.

### 3.1 Políticas de acesso e revalidação do ensino superior

**Quadro 1:** Histórico de políticas de inclusão da UNILA

<b>Política/Programa</b>	<b>Vigência</b>	<b>Objetivo</b>
Programa: Pró-Haiti <sup>4</sup>	2014-2018	Reserva de vagas aos estudantes haitianos portadores de visto humanitário nos cursos de graduação;
Resolução: Processo Seletivo de Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (PSRH), Processo Seletivo Internacional (PSI) <sup>5</sup>	2019-Atual	Reserva de vagas para pessoas em condição de refúgio nos cursos de graduação;
Resolução: Ingresso para Discentes Regulares via Ações Afirmativas na Pós-Graduação <sup>6</sup>	2022-Atual	Reserva de vagas para pessoas em condição de refúgio nos cursos de pós-graduação;
Adesão ao programa de acolhida a cientistas ucranianas da Fundação Araucária <sup>7</sup>	2022-Atual	Acolhimento de cientistas (professores) ucranianos no desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa;
Política de revalidação de diplomas de graduação e pós-graduação <sup>8,9</sup>	2023-Atual	Dispõe sobre a revalidação de diplomas na UNILA, concedendo condições diferenciadas a pessoas em situação de refúgio e imigrantes indocumentados;

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Como pode-se observar, o marco de abertura das ações afirmativas para imigrantes involuntários na UNILA, ocorreu em 2014 com Programa Especial de Acesso à Educação Superior para haitianos acolhidos no Brasil por razões

<sup>4</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-37-2014-consun-591>.

<sup>5</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-9-2021-cosuen-403>.

<sup>6</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-4-2022-cosuen-2261>.

<sup>7</sup> <https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-se-prepara-para-receber-cientistas-ucranianos>.

<sup>8</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-26-2023-consun-13286>.

<sup>9</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-27-2023-consun-13287>.



humanitárias, o Pró-Haiti. O programa destinou vagas em todos os 29 cursos da universidade, e estas já vinham contempladas com proteção social mínima por meio de auxílios estudantis (alimentação, transporte e moradia), o que auxilia na permanência geral, principalmente em cursos integrais. Conforme resolução do programa, este tinha como objetivo contribuir para a integração de haitianos à sociedade brasileira e fortalecer o intercâmbio acadêmico com as universidades haitianas. Ao todo se matricularam 124 estudantes entre 2015 e 2018 (Silva-Ferreira; Zdradk, 2020), tendo concluído a graduação até o final do semestre 2023.1<sup>10</sup>, 44 estudantes em 13 diferentes cursos, sendo 39 homens e 05 mulheres.

**Tabela 1:** Cursos de formação dos estudantes que ingressaram pelo Pró-Haiti

<b>Curso</b>	<b>Período</b>	<b>Formados/as</b>
Saúde Coletiva	Integral	8
Relações Internacionais e Integração	Vespertino	5
Ciências Econômicas - economia, integração e desenvolvimento	Integral	5
Ciência Política e Sociologia - sociedade, estado e política na América Latina	Vespertino	4
Administração Pública e Políticas Públicas	Noturno	3
Engenharia Química	Integral	3
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	Vespertino	3
Arquitetura e Urbanismo	Integral	3
Biotecnologia	Integral	2
Ciências Biológicas e Biodiversidade	Integral	1
Ciências da natureza- Biologia, Física e Química	Noturno	1

<sup>10</sup> Devido ao impacto da pandemia nas interrupções das aulas no ano de 2020, a universidade está em processo de realinhar seu calendário acadêmico com o calendário anual.



Antropologia – Diversidade Cultural na América latina	Vespertino	1
Cinema e Audiovisual	Integral	1
Engenharia Civil de Infraestrutura	Integral	1
Engenharia de Materiais	Integral	1
Geografia (Bacharelado)	Vespertino	1
Letras – Espanhol e Português como línguas Estrangeiras	Noturno	1
Total:		44

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) no dia 22/01/2024.

Em 2018, diante das novas crises migratórias e da consolidação do Brasil como um país de recepção de migrantes e refugiados, a UNILA encerrou o ingresso pelo Pró-Haiti com o objetivo de ampliar seus processos seletivos inclusivos. Deste modo, incluiu no seu tradicional Processo Seletivo Internacional (PSI) para Latino-Americanos e Caribenhos, a modalidade de cota (demanda social), que inclui dentre outros perfis, refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes acolhidos por razões humanitárias. No total, esta modalidade permite que os imigrantes involuntários, principalmente do Haiti.Venezuela, concorram a mais de 300 vagas nos 29 cursos de graduação da UNILA.

Todavia, esta modalidade não permite até o momento identificar, via cadastro de matrícula, se o estudante se matriculou ou não por demanda social para refugiados, o qual dificulta o acompanhamento e desenvolvimento deste eixo da política. Porém, identificou-se via SIGAA, que a universidade tinha no semestre 2023.2, 89 estudantes venezuelanos ativos e 30 formados, e 354 estudantes haitianos ativos, sendo 4 formados após o ingresso em 2019, resultando em 48 estudantes haitianos formados na graduação desde o Pró-Haiti.

Também em 2018, após diálogo com o Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CERMA), que havia recomendado a todas as universidades públicas do estado sobre a importância de políticas



educacionais que acolhessem os refugiados que chegavam ao território, a UNILA construiu o Processo Seletivo para Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (PSRH). Este, além de também incorporar os haitianos em condição de acolhida humanitária, trouxe a possibilidade de que refugiados e solicitantes de refúgio de qualquer nacionalidade pudessem concorrer a vagas em todos os seus cursos graduação<sup>11</sup>. Por este processo seletivo anual se matricularam até 2023, 105 estudantes, de 15 nacionalidades: Haiti, Venezuela, Cuba, Angola, República do Congo, Gana, Guiné-Bissau, Benin, Barbados, México, Colômbia, Peru, Paquistão, Síria e Rússia, tendo formado até 2023, 01 estudante de nacionalidade Russa e 01 da República do Congo. Um dos pontos de destaque desta política de acesso é a real democratização das vagas, visto o fato da universidade ofertá-las em todos os seus cursos, o qual possibilita o ingresso em áreas e carreiras que ainda sofrem o protecionismo da elitização educacional.

Além do processo de ingresso de estudantes na graduação, a universidade em meio ao retorno das atividades acadêmicas fortemente impactadas pela pandemia da COVID-19, institucionalizou sua política de ações afirmativas na pós-graduação. Esta incluiu as pessoas em condição de refúgio como um dos públicos alvo, tendo em 2023 aberto as primeiras vagas nos programa de pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e no Programa de Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos (IELA).

Já por meio da adesão ao Programa de Acolhida de Cientistas Ucrânicas promovido pela Fundação Araucária do Paraná em 2022, a universidade acolheu um professor e uma professora vinculados às áreas de administração pública e geração de energia. Com a adesão ao programa, a universidade expandiu sua atenção humanitária aos docentes e potencializou sua internacionalização solidária ao permitir cooperações e trocas de conhecimento que possam auxiliar

---

<sup>11</sup> Durante os processos seletivos de 2019, 2020 e 2021 era ofertada 01 vaga em cada um dos 29 cursos, porém com a Resolução nº 9, de 13 de setembro de 2021, da Comissão Superior de Ensino (CONSUEN) da UNILA, passaram a ser ofertadas a partir do processo seletivo de 2022, 04 vagas por curso, totalizando assim 114 vagas no PSRH.



na reconstrução da Ucrânia e também potencializar a ciência brasileira (Carvalho; Saes; Meza, 2023). Do ponto de vista dos abalos psicossociais, todos estes processos de inclusão têm função de preservação da identidade laboral e reparação psíquica frente às diversas rupturas, incertezas e perdas promovidas pela experiência da migração involuntária.

Por fim, mesmo não sendo uma ação direta de ingresso na universidade, destacamos aprovação das resoluções em dezembro 2023 que formalizam os trâmites para o reconhecimento de diplomas estrangeiros, em especial para pessoas em situação de refúgio. Tais políticas preveem dentre outras especificidades, prioridade na tramitação, flexibilização documental, outros meios de prova e isenção de taxas para imigrantes involuntários que desejem revalidar seus diplomas de graduação e pós-graduação na universidade. A resolução também prevê o assessoramento da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM) e da Comissão de Acompanhamento dos Estudantes Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (CAERH) como formas de garantir que as especificidades do processo migratório não prejudiquem a avaliação das competências e conhecimentos do imigrante.

### 3.2 Políticas de permanência e integração

Diante de tal levantamento, observa-se uma ampla e permanente política de inclusão na UNILA, principalmente pelos processos contínuos e abrangentes de acesso aos cursos da universidade. Porém, ao considerar que mesmo diante de um contexto educacional alicerçado em bases educacionais como o bilinguismo, plurilinguismo, interculturalidade e diversidade (Pereira; Honório; Fortes, 2022), a migração involuntária, o choque e a diferença cultural cada vez mais acentuada pelas ações afirmativas, implicam em múltiplos desafios para a integração e o desenvolvimento da competência cultural da comunidade acadêmica. Estes, envolvem por exemplo, o ensino-aprendizagem em outras línguas e alfabetos,



mudança de sistema educacional, experiências de xenofobia, racismo, intolerância religiosa e etc. Neste sentido, destacamos alguns mecanismos institucionais que foram criados ou potencializados para apoiar a efetivação da integração destas políticas de inclusão.

**Quadro 2:** Programas e políticas voltados à permanência e integração universitária

<b>Política/Programa</b>	<b>Ano</b>	<b>Objetivo</b>
Comissão de Acompanhamento dos Estudantes Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (CAERH) <sup>12</sup>	2019- Atual	Auxiliar e assessorar estudantes e os órgãos colegiados e administrativos competentes nos processos de acesso, permanência e conclusão de curso da Graduação e Pós-Graduação da UNILA.
Cátedra Sergio Vieira de Mello - UNILA <sup>13</sup>	2023- Atual	Convênio com o ACNUR para fomentar ações de ensino, pesquisa, extensão e <i>advocacy</i> ;
Política de ações afirmativas <sup>14</sup>	2022- Atual	Objetiva consolidar a atuação institucional para o ingresso, permanência e conclusão de curso de pessoas em situação de refúgio, dentre outras minorias;

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A CAERH foi criada em 2019 diante da ampliação da política de inclusão de imigrantes involuntários com o PSRH. Ela foi instituída em caráter permanente, como órgão consultivo, propositivo e avaliativo da política pública de educação superior para refugiados (as) e portadores (as) de visto humanitário na UNILA, com vistas ao acesso, permanência e integralização curricular. A comissão é composta por representantes técnicos/as das pró-reitorias de assuntos estudantis, relações internacionais, extensão, graduação e pós-graduação, além de docentes e estudantes. Sua criação prevê um trabalho transversal e designação de competências de cada pró-reitoria no desenvolvimento desta política<sup>15</sup>.

Já a CSVM da UNILA nasce como proposta no âmbito da CAERH, como forma de expandir o diálogo com outras universidades e com o município através do convênio de cooperação com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR-Brasil). A CSVM é uma iniciativa que visa difundir e fortalecer ações que busquem

<sup>12</sup> <https://portal.unila.edu.br/comissoes/caerh>.

<sup>13</sup> <https://documentos.unila.edu.br/acordo/29/2022>.

<sup>14</sup> <https://documentos.unila.edu.br/acordo/29/2022>.

<sup>15</sup> <https://atos.unila.edu.br/atos/portaria-n-ordm-348-2021-gr-310>.



consolidar o acolhimento das pessoas em situação de imigração involuntária na vida universitária, contribuindo com a integração destas nas sociedades locais. Nesse contexto, o ACNUR entende e dá apoio às universidades para exercerem este papel estratégico nas ações e iniciativas a favor das pessoas que precisam de proteção internacional. Por meio do *advocacy* dos atores institucionais que compõe a CSVN e a CAERH, a temática do refúgio ganhou destaque na política de ações afirmativas da universidade, reservando um espaço institucionalizado dentro da nova Secretaria de Ações Afirmativas para fortalecer a permanência e integração dos imigrantes involuntários na Universidade.

Por sua vez, identificamos os principais programas, projetos e ações desenvolvidos na universidade em prol do fortalecimento da competência cultural, permanência e bem-viver universitário voltados aos imigrantes que adentram pelas ações afirmativas: auxílios estudantis (alimentação, moradia ou vaga em alojamento) vinculados às vagas de ações afirmativas para os imigrantes involuntários; programa de monitoria – (bilinguismo, letramento digital e acadêmico e matemática para refugiados); programa de tutoria aos estudantes haitianos; cursos de extensão de português e creole haitiano; rodas de conversa sobre aprendizagem intercultural; rodas de conversa bimestrais sobre os desafios da adaptação ao Ensino Remoto emergencial (ERE) durante a pandemia; acompanhamento semestral do desempenho acadêmico com orientação e encaminhamento aos estudantes com dificuldades acadêmicas; apadrinhamento/amadrinhamento e acolhimento dos ingressantes; aplicação do questionário socioeducacional junto aos ingressantes para compreender o perfil dos mesmos e assim antecipar possíveis impactos do ingresso na UNILA; adesão ao programa universidade amiga, que designou integrantes da comunidade acadêmica para auxiliar o processo de adaptação dos cientistas ucranianos; projeto de extensão de apoio à revalidação de diplomas; campanhas de conscientização sobre migração e refúgio (“Vozes Unileiras: Trajetórias



migrantes na Unila”) <sup>16</sup>; curso de jornalismo humanitário em parceria com o ACNUR; pesquisa e ofertas de disciplinas sobre migração e refúgio; *advocacy* junto ao Comitê Municipal de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida de Foz do Iguaçu; apoio à consolidação da Associação de Migrantes, Refugiados e Indígenas (AMIRF); apoio documental via seção de apoio ao estrangeiro, atendimento psicológico e pedagógico; canal de orientação via CAERH e CSVM, além das demais ações gerais e transversais de acolhimento e integração desenvolvidas pelos cursos.

Por fim, ao buscarem-se os acordos e convênios de cooperação acadêmica internacional, via portal da universidade<sup>17</sup>, identificou-se que a UNILA mantém cerca de 2/3 dos seus convênios com instituições de países da América Latina e Caribe, principalmente a Argentina, o qual se mostra congruente com sua proposta de cooperação sul-sul e do Mercosul. Todavia, não foi encontrado nenhum acordo de cooperação com universidades ou instituições de países de origem dos imigrantes involuntários que adentram por suas políticas de ações afirmativas. Este dado mostra uma lacuna institucional referente aos ganhos mútuos entre as universidades e aos estudantes ao terem reforçada uma ponte científica e tecnológica com seus países de origem.

Neste sentido, estamos de acordo com Wit e Altbach, (2016), que apontam que a literatura tem focado em importantes discussões sobre inclusão e taxas de permanência, utilização de talentos e saberes dos imigrantes, todavia sem levar em conta o debate sobre as necessidades e os diálogos com as instituições de ensino dos países de origem. Embora o regresso após o término do conflito seja um processo complexo, sobressai a importância de que as universidades e Estados que têm políticas de ações afirmativas para refugiados possam, se possível, estreitar laços com as universidades e países em conflito, para que sejam feitos acordos de revalidação de diplomas, dupla titulação, pesquisas e

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jim59QEjpk8>.

<sup>17</sup> <https://documentos.unila.edu.br/convenios>.



demais intercâmbios de conhecimento em prol da reconstrução e desenvolvimentos dos países e instituições.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou trazer um panorama da construção das políticas de ações afirmativas para imigrantes involuntários na UNILA, uma universidade voltada à internacionalização solidária, situada em um contexto intercultural e em uma fronteira internacional. Identificou-se um conjunto amplo e contínuo de políticas de inclusão e permanência na graduação, em conjunto com políticas recém aprovadas para inclusão na pós-graduação e para a revalidação de diplomas. Neste sentido, ao analisar o processo histórico de construção das políticas de ações afirmativas na universidade, podemos identificar que há um caminho de sustentação e ampliação de suas políticas voltadas à integração local, mas também existe uma lacuna a ser preenchida ao que se refere aos acordos de cooperação envolvendo Estados e universidades dos países de origem dos estudantes e professores.

Considera-se ainda que pelo fato de a universidade dispor de um projeto direcionado à internacionalização solidária, esta se beneficia de um ambiente educacional e político com estruturas, projetos e currículos voltados para lidar com os desafios da integração do estudante internacional (Pereira; Honório; Fortes, 2023). No entanto, mesmo com este potencial ganho, à medida que promove setores e políticas que incentivam o debate sobre as especificidades dos migrantes involuntários e da diferença cultural mais radical em comparação ao grupo de hispano falantes e brasileiros, se mostra sensível aos diferentes desafios envolvendo a integração e desenvolvimento das competências culturais da comunidade acadêmica.

Ressalta-se que este artigo se limita a apresentar e debater os 10 anos de construção das políticas de ações afirmativas para imigrantes involuntários na



UNILA, de forma que reconhece a importância de estudos posteriores, por exemplo sobre a evasão e retenção em cada curso, a efetividade dos projetos de acolhimento e integração dentro e fora de sala de aula, o percurso laboral dos egressos e a experiência dos estudantes, técnicos e professores e etc. Todavia, espera-se que o acesso a este conjunto de políticas possa inspirar outras instituições ao que diz respeito à institucionalização de uma política ampla de ações afirmativas e também a própria UNILA no avanço das suas políticas de cooperação internacional.

Por fim, remete-se às palavras de Anísio Teixeira apud Darcy Ribeiro (1989), que para se pensar uma universidade necessária devemos nos atentar à nossa realidade, no atual momento, de crise migratória global. Portanto, é fundamental construirmos instituições aptas a cooperar e a aprender com as múltiplas e variadas culturas e saberes das pessoas que migram em busca de recomeço.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, E.; SAES, K. V. R.; MEZA, M. L. F. G. When academic displacement and internationalization intersect, different approaches for inclusion in Higher Education: contributions from the Welcoming Program for Ukrainian Scientists, Paraná - Brazil. **REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 68, p. 133-148, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006809>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F. The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, p. 1-30, 2020.

CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO. CSVM. **Relatório anual da Cátedra Sérgio Vieira de Mello**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/11/Relatorio-CSVM-2023-Digital.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DRYDEN-PETERSON, S. The politics of higher education for refugees in a global movement for basic education. **Refuge**, v. 27, n. 2, p. 10-18, 2011.



ERDOĞAN, Z. Assessing the Criteria for Equality of the Right: Refugees' Higher Education from the Perspective of Human Rights. **Milli Egitim**, v. 52, n. 237, p. 577-602, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37669/milliegitim.1066619>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEHS, P. Perspectivas desde o Sul Global: uma análise do ciclo comum de estudos da Unila. **Cadernos**, v. 19, n. 36, p. 64-88, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.167981>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2022 de Foz do Iguaçu-PR**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARTINS-BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151-162, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-85852013000100009>.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Rev Arte e Ensaios**, n. 32, 2016.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. OIM. **Indicadores de Governança Migratória Local**, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/overviews/mgi/brazil-foz-do-iguacu#0>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PASSARINI, J. *et al.* **Movilidad de estudiantes, el reconocimiento de títulos y el ejercicio profesional en el Mercosur. A Internacionalização do Ensino Superior no Mercosul**. 1. ed. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2023. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8443/handle/11185/7095>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PSOL. **Pastor Henrique Viera Propõe que vagas ociosas em cursos superiores sejam destinadas a refugiados**, 2023. Disponível em: <https://psolnacamara.org.br/pastor-henrique-vieira-propoe-que-vagas-ociosas-de-cursos-superiores-sejam-destinadas-a-refugiados/>. Acesso em: 17 jun. 2023.



PEREIRA, D. A.; HONÓRIO, K. S.; FORTES, L. Internacionalização e Interculturalidade: A experiência da UNILA. **Revista Educación Superior y Sociedad**, v. 34, n. 1, p. 553-584, 2022. Doi: 10.54674/ess.v34i1.504.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SABZALIEVA, E. *et al.* **The right to higher education: a social justice perspective**. Orgs: UNESCO. Caracas, Venezuela, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381750>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SCHERER-WARREN, J.; PASSOS, J. C. (ORG.). **Ações afirmativas na universidade: abrindo novos caminhos**. Florianópolis: Ed UFSC, 2016.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Noes Estudos**, v. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4172/2155-9899.S12-006>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA-FERREIRA, A. V.; ZDRADK, R. M. Rompendo fronteiras: Inclusão e permanência de estudantes refugiados e portadores de visto humanitário na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *In*: III Colóquio Internacional Dinâmica das Fronteiras, 2020, Toledo. **Anais [...]**. Toledo: EDU, 2020. p. 864-882.

SILVA-FERREIRA, A. V.; LODETTI, M. B.; MARTINS-BORGES, L. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 141-158, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. *In*: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 85.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2011.

TOGETHER. **Universidades inclusivas para refugiados e migrantes: diretrizes para a comunidade de ensino superior**. Universidade do Porto, 2019. Disponível em: [https://together.pixel-online.org/refumap\\_scheda.php?id\\_sch=525](https://together.pixel-online.org/refumap_scheda.php?id_sch=525). Acesso em: 15 jan. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. UNILA.

**UNILA em destaque:** dados da atuação no território e na integração. Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em:

<https://portal.unila.edu.br/secom/imprensa/unila-em-destaque>. Acesso em: 27 jan. 2024.

VICZKO, M.; DÉTOURBE, M. A.; MCKECHNIE, S. Understanding networks of actors involved in refugee access to higher education in Canada, England and France: A digital comparative approach. **Learning and Teaching**, v. 14, n. 3, p. 22–51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/LATISS.2021.140303>. Acesso em: 10 dez. 2023.

WALSH, C. Interculturalidade crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el insurgir, re-existir e re-vivir. **Coleção Digital**, PUC-Rio, 2012. Disponível em: <https://acortar.link/Pj1MwJ>. Acesso em: 11 set. 2023.

WIT, H. de; ALTBACH, G. The Syrian Refugee Crisis and Higher Education. **Oceanography**, v. 29, n. 1, p. 104-105, 2016. Disponível em: <http://www.cato.org/publications/commentary/higher-higher-higher-education>. Acesso em: 29 nov. 2023.

YOUSAFZAI, M. **Longe de casa:** minha jornada e histórias de refugiadas pelo mundo. Trad. Lígia Azevedo. 1. ed. São Paulo: Ed seguinte, 2019.

ZAMBERLAM, J. *et al.* **Estudantes Internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior.** Impa Artes Gráficas Ltda, 2009.

Recebido em: 19-02-2024

Aceito em: 28-05-2024

